

O Plano Quinquenal de Obras e Equipamentos

EM SETEMBRO de 1941, — durante a estação anual de blitzkrieg da Luftwaffe contra a Inglaterra — numerosos cientistas, procedentes de 22 países, reüniam-se em Londres para discutir, sob os auspícios da Associação Inglesa para o Progresso da Ciência, o seguinte tema: a ciência e a ordem mundial.

O govêrno e o mundo intelectual ingleses, representados por Anthony Eden e H. G. Wells, respectivamente, prodigalizaram o seu patrocínio ao conclave de cientistas, cujas reuniões mais de uma vez foram apressadamente dispersas pela música sinistra das sirenas anunciando a aproximação dos Stukas e Messerschmidts.

Dentre os numerosos sub-temas ventilados, um dos que inspiraram mais cogitações e debates girava em tórno da ciência e o planeamento. Não tenhamos dúvidas de que, quando soar a ordem de cessar fogo e começar a restauração das condições de paz — disse um dos delegados presentes — a questão central — nevrálgica e absorvente — que vai apai-xonar e agitar milhões de seres humanos, em todo o mundo, há de ser esta: como evitar a repetição da grande catástrofe por que estamos passando, em outras palavras, como assegurar imunidade contra a guerra aos nossos filhos e aos filhos de nossos filhos?

Os cientistas presentes foram unânimes e categóricos: para que o mundo de após-guerra seja realmente melhor, é necessário reduzir ao mínimo as atividades improvisadas e submeter a vida econômica e social a minucioso planeamento.

O economista Maurice Dobb, professor da Universidade de Cambridge, resumiu numa sentença feliz as potencialidades do planeamento, dizendo que o planeamento é um mecanismo para coordenar, no espaço e no tempo, os acontecimentos econômicos; ao coordená-los previamente, ex ante em vez de ex post, faculta a eliminação daquelas incertezas e flutuações da atividade econômica que formam parte integrante da economia individualista.

As elites pensantes de todos os países do mundo estão, já agora, convencidas de que seria absurdo perseverar, após a presente guerra, na velha atitude do laissez faire, cuja responsabilidade nos calamitosos acontecimentos atuais ninguém ousará negar.

Um membro do parlamento inglês, o professor A. V. Hill, verberando essa atitude, até há poucos anos tão cara aos economistas de seu país, disse que, sob o laissez faire, os serviços públicos têm função paliativa, é dizer, raramente são organizados para prevenir os males e desharmonias sociais, mas sempre para remediá-los. Assim é que os serviços de saúde pública, originariamente, têm por princípio guiador curar os doentes e não evitar as doenças; os de arquitetura, “reparar encanamentos avariados”; as obras públicas, criar trabalho para

os desempregados; as organizações militares, preparar a defesa nacional quando o país já está em guerra, e assim por diante.

Mediante o planejamento preventivo, — sustentou aquele professor — é possível dar cunho positivo e fecundo às atividades necessárias ao bem estar humano. Então, os serviços de saúde pública, por exemplo, passarão a cuidar mais da nutrição e da educação física, o desemprego em massa será evitado, o padrão de vida em geral poderá ser melhorado, e assim por diante.

Foram impressionantes, com efeito, a unanimidade e o calor com que os cientistas de tantos países condenaram o laissez faire e saudaram a perspectiva de um mundo tornado melhor pelas virtudes do planejamento. Aliás, conforme escreveu Harold Laski, o vaticínio de que o mundo do após-guerra será "a planned world" já se tornou lugar comum.

Essas considerações sobre as novas esperanças, que a humanidade sofredora deposita nas virtudes do planejamento, nos foram inspiradas pelo plano quinquenal de obras e equipamentos, que o Governo da União acaba de adotar.

Com efeito, o novo plano é uma conquista atual mas, antes de tudo, uma vigorosa amostra da administração pública científica do futuro. Conquanto se possam apontar alguns precedentes esparsos, e hesitantemente articulados, de ação governamental planejada no Brasil, o Plano de Obras e Equipamentos, que o Governo da União traçou para executar no quinquênio 1944-1948, representa a nossa primeira tentativa de planejamento efetivo em grande escala.

Além disso, o critério observado pelo Governo — de distinguir, para efeito de elaboração e execução orçamentárias, entre despesas correntes e investimentos de capital em obras e equipamento — dá sentido prático à regra fundamental que entrelaça a Organização Científica do Trabalho à Ciência das Finanças. As despesas com o funcionamento normal dos órgãos administrativos permanentes são repetitivas e têm caráter ordinário: são despesas de custeio. Podem e devem estar sujeitas a normas fixas de financiamento, realização e controle. As despesas com obras novas e aquisição de equipamentos, que apresentam modalidades e aspectos diferentes em cada caso, essas devem estar sujeitas a um regime especial. Cumpre financiá-las, fazê-las e controlá-las especialmente, tratando cada caso segundo as respectivas peculiaridades.

Quando esses dois tipos tão distintos de gastos são incluídos e confundidos num mesmo orçamento, acontece uma de duas: ou o tratamento geral rotineiro e inflexível das despesas ordinárias corroi o ânimo e emperra a ação dos órgãos públicos no campo dos novos empreendimentos, ou o tratamento necessariamente diversificado e especial das despesas com obras e empreendimentos desordena e balburdia a rotina administrativa. Qualquer das duas hipóteses é incompatível com a Administração Científica. A inclusão das despesas de custeio no Orçamento Ordinário, que lhes é próprio, e a das despesas de investimento de capitais num orçamento anexo, não só permite a indispensável distinção de tratamento burocrático, legal e contábil, como também orienta os Poderes Públicos no que diz respeito à política tributária e à do empréstimo. E' regra comezinha, de observação recomendada num e noutro caso, que as despesas correntes sejam custeadas com o produto efetivo da tributação, ao passo que as despesas com obras e equipamentos, — que muitas vezes irão beneficiar as gerações futuras mais do que as gerações presentes — em certos casos devem ser empreendidas e executadas com o produto de empréstimos públicos de longa duração.

Tais são, em linhas gerais, os efeitos práticos do Novo Plano de Obras e Equipamentos, que o Governo Federal deverá executar no curso do próximo quinquênio.